



## MESTRADO EM EDUCAÇÃO

### VARIANTE DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

### Projecto de Dissertação

TEMA: A Carta Educacional do Concelho de Aljustrel como elemento impulsionador do enriquecimento educativo local.

MESTRANDO: FERNANDO MANUEL BATISTA DE BRITO RUAS

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR JOSÉ CARLOS BRAVO NICO

## ÍNDICE

1. Nota Introdutória .....	3
2. Resumo .....	3
3. Relevância do estudo .....	4
4. Breve revisão da literatura.....	6
5. Identificação do problema / questão de partida.....	9
6. Levantamento de questões de investigação .....	10
7. Metodologia.....	10
7.1. Síntese da investigação .....	10
7.2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados .....	11
7.2.1. Questionário .....	11
7.2.2. Entrevista .....	12
7.3. Plano de tratamento de dados .....	12
8. Faseamento do projecto e cronograma.....	13
8.1. Fases de estudo.....	13
8.2. Cronograma.....	14
9. Bibliografia .....	15

## **1. Nota Introdutória**

O plano de investigação aqui apresentado, relativo ao curso de mestrado em Educação, variante de Administração Escolar, que vamos apresentar, resulta do interesse surgido em redor deste tema, dado o grau de elevado interesse, que na minha opinião resulta para as instituições escolares do concelho de Aljustrel, bem como, para todo o município em geral.

A Carta Educativa é uma ferramenta que perspectiva a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura numa determinada área territorial, promovendo o desenvolvimento de competências educativas essenciais e a excelência, ambicionando a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis. Assim, considero de todo pertinente a elaboração desta dissertação, sendo minha intenção que a sua concretização possa contribuir determinadamente, para o desenvolvimento educativo local.

## **2. Resumo**

O trabalho de investigação em causa centrar-se-á no impacto que a construção de uma carta educativa poderá ter para o concelho de Aljustrel, no âmbito do desenvolvimento educativo local e no estabelecimento de parcerias futuras entre as instituições educativas situadas no município e as escolas. É nossa pretensão, saber até que ponto as instituições do concelho que transmitem conhecimentos não formais e informais poderão colaborar com as escolas, relativamente à sua função de ensinar conteúdos formais.

Numa fase inicial do trabalho, irá ser feita a revisão da literatura que suporta esta temática, bem como a análise dos normativos legais em vigor, que tratam e regulamentam a área de acção do nosso estudo.

O estabelecimento de parcerias educativas futuras será um dos objectivos principais deste estudo. A partir da caracterização das instituições educativas do concelho será de todo conveniente saber da sua disponibilidade para serem parceiros da escola, na efectivação da sua tarefa, ou seja, na transmissão de conhecimentos formais.

Relativamente à execução do estudo empírico e perspectivando as melhores respostas às perguntas de investigação, iremos optar por uma metodologia de análise mista (quantitativa/qualitativa), mais propriamente um estudo de caso, recorrendo ao inquérito por questionário e à entrevista, como meios de recolha de dados.

De seguida iremos proceder à apresentação dos dados disponíveis, análise e interpretação dos mesmos e por fim, as principais conclusões do estudo.

Na última parte da dissertação, é nosso objectivo referir as recomendações e sugestões, que no futuro possam suscitar outras investigações.

### **3. Relevância do estudo**

A elaboração de uma carta educativa, é um instrumento de inegável valor para a melhoria da qualidade do ensino em qualquer município que ambicione formar integral e transversalmente os seus cidadãos. Tanto assim é, que o Estado delegou e transmitiu poderes e responsabilidades para as autarquias e para as escolas, para que estas as assumam, criando, assim, a Carta Educativa, através do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro.

“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico de cada município” (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro).

É ainda referido no normativo, que a “carta educativa constitui um instrumento de orientação da gestão do sistema educativo, de acordo com as competências do Ministério da Educação e dos municípios”.

O diploma acrescenta ainda nos seus objectivos (artigo 11º), nos artigos 1 a 5, o seguinte:

“1 - A Carta Educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma a que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar;

2 - A Carta Educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas;

3 - A Carta Educativa deve promover o desenvolvimento do processo de Agrupamento de Escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;

4 - A Carta Educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo;

5 - A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.”

Esta perspectiva descentralizada que se abriu com a publicação deste normativo, veio transmitir mais poder às forças locais para definirem o que querem, em matéria educativa para o seu município, conferindo-lhes igualmente mais responsabilidades, ao nível da gestão de todo este processo. No entanto, esta é uma oportunidade a aproveitar, visto permitir a tomada de decisões a nível local, ao invés do que acontecia até este momento, em que tudo era deliberado a nível central. As escolas e os municípios terem mais autonomia para efectuarem as suas escolhas, possibilita que a decisão seja certamente mais célere e mais ajustada às necessidades evidenciadas. Esta tomada de decisão ao nível local, possibilita a hipótese de se definirem estratégias para se atingirem os objectivos pretendidos, havendo a hipótese de se trilharem outros caminhos e de se mudar de rumo, quando as resoluções inicialmente tomadas se revelarem incorrectas.

Observa-se ainda actualmente, que muitas escolas se encontram fechadas à comunidade envolvente. A elaboração da carta educativa permite classificar dentro da comunidade as entidades educadoras que no seu seio existem, oferecendo à escola e a estas instituições, a possibilidade de se constituírem como parceiros educativos, trabalhando em conjunto na aquisição de conhecimento e de aprendizagens curriculares por parte dos alunos. Com o objectivo de fornecer aos seus alunos uma aprendizagem

transversal, a escola necessita da colaboração destas instituições, que possuem e transmitem a cultura de uma determinada região. Não são apenas os conhecimentos curriculares que são importantes para educar as crianças e jovens, também os conteúdos relativos à cultura da sua região são fundamentais para o seu processo de formação. Nada existe de mais precioso para o ser humano que a sua cultura. Muitas coisas se alteram ao longo da nossa vida, mas as nossas tradições, os nossos hábitos e costumes permanecem e são transmitidos de geração em geração, sendo de fulcral importância que esses conhecimentos não se percam, desempenhando a escola neste processo, um papel de relevo, do qual não se pode dissociar.

#### **4. Breve revisão da literatura**

Para efectuar esta parte basilar do trabalho, pesquisei alguns autores referenciados por docentes do curso de mestrado, que nos conteúdos programáticos das suas disciplinas, abordaram estas temáticas e neste âmbito enunciaram alguma bibliografia de referência.

Um autor que em diversas obras do seu reportório faz alusão à importância da comunidade educativa é Patrício (1996). Da sua obra foi analisada “*a Escola Cultural*”. Este modelo de escola exige que a comunidade educativa deixe a sua pacificidade e que cada um dos actores desempenhe o seu papel activamente, relacionando-se à luz dos mesmos objectivos. Este autor defende que a escola precisa de ser entendida e vivida de outra maneira, que é necessário combater o insucesso educativo, é essencial que a escola esteja enraizada na sua comunidade e que nela vá buscar a vitalidade para se desenvolver. Desenvolver o espírito comunitário, na teoria e na prática. Um professor tem de ser visto como um agente de cultura, um intelectual e a sua acção deve desenvolver-se em três âmbitos: turma, escola e comunidade. Um professor “não cultural” só trabalha para a turma, e ainda que bem, isso é insuficiente, além de ser um “professor homem-de-pensamento”, deve também ser um professor cultural, que inclui na sua prática docente a comunidade escolar. Actualmente, o paradigma da Escola Cultural deve ser tido em conta e devem ser criadas as condições para que a

comunidade escolar se envolva e lute para contrariar os efeitos de uma escola tradicionalmente curricular.

Relativamente à questão da comunidade educativa, Delors, citado por Branco (2007), refere-se a importância de «abrir as instituições educativas à sociedade, introduzindo factores de dinamismo na sua gestão, mediante a associação dos diferentes intervenientes sociais à tomada de decisões» (p. 262). Esta autora refere que é fundamental a escola promover uma relação de envolvimento com a comunidade, numa lógica de descentralização. A escola deverá estabelecer relações com a comunidade e mais propriamente com as suas organizações, envolvendo-as nos seus projectos e estabelecendo com elas parcerias, perspectivando uma melhor formação para os seus alunos, atraindo para a escola os vários protagonistas do processo educativo, levando-os a participar activamente nas decisões a tomar. A autora refere que *«o conceito de comunidade educativa refere-se precisamente, à consagração desta participação, a fim de que os vários elementos implicados no processo educativo assumam as suas responsabilidades perante a escola e a educação em geral, como tal, é importante abrir os estabelecimentos de ensino aos contextos externos e à inserção da escola nas realidades sociais envolventes»* (p. 263). Actualmente *«a escola não pode mais ser entendida como uma organização social isolada, que se legitima e justifica internamente»* (p. 263). A escola tem de ser encarada como uma organização social que se insere numa determinada comunidade em que é importante o estreitamento de laços com as instituições. Refere-se, que é imprescindível a escola da actualidade deixar de estar isolada, fechada em si própria e se caracterize por ter uma perspectiva de abertura ao que a rodeia, esbatendo as suas fronteiras com a comunidade local, promovendo a interacção e procurando atingir objectivos territoriais comuns.

Abordando a questão da escola entendida como comunidade educativa, Formosinho et. al. (1999), referem que este paradigma se deve contrapor a um modelo de escola como *«mero serviço periférico da administração centralizada do estado»* (p. 9). É referido na obra, a importância da comunidade e dos movimentos cívicos como sustentáculo do paradigma de escola-comunidade educativa. A questão da territorialidade da acção educativa é também citada pelos autores, havendo a necessidade de valorizar e trazer para a escola os pontos fortes das comunidades

educativas. A competição entre escolas, promovida pelos órgãos de educação superiores, também não traz nada de bom para aquelas que estão situadas em regiões mais desfavorecidas, originando maior enfraquecimento e acentuando as lacunas existentes. Os autores apresentam ainda a opinião de que *«só a edificação de cada escola como comunidade educativa – isto é, como espaço de debate e construção comunicativa dos sentidos para a acção – possibilita a sustentação, nos planos político (isto é, do projecto), organizacional e pedagógico, de uma prática educativa adequada aos alunos concretos e centrada no desenvolvimento das suas plenas capacidades como seres humanos e como cidadãos»* (p. 10). Para acentuar a necessidade de haver uma forte ligação entre a escola e a comunidade educativa, o autor defende que o protagonismo e a influência comunitária deverão ser aumentados, devendo haver uma forte intervenção e participação nas decisões fundamentais da escola. Em tom crítico o escritor refere que *«quem pode inovar está, na lógica do sistema, distante dos problemas que quer resolver e quem está em contacto directo com esses problemas, a nível local, não pode geralmente inovar»* (p. 20). Este facto decorre, porque grande parte das decisões são tomadas a nível central, como tal, existem muitas matérias em que a escola não pode decidir, sendo a sua autonomia ainda muito relativa.

A propósito da importância das comunidades educativas, Nóvoa (1992), refere que *«a modernização do sistema educativo passa pela sua descentralização e por um investimento das escolas como lugares de formação, na acepção forte do termo. As escolas têm de adquirir uma grande mobilidade e flexibilidade, incompatível com a inércia burocrática e administrativa que as tem caracterizado* (p. 16). O autor defende que a decisão deve estar no poder de quem está no terreno, próximo das instituições e de quem conhece a sua realidade e os seus problemas. A este propósito Nóvoa (1992), entende que *«a escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto de actores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projecto comum»* (p. 35). O autor defende que num paradigma de escola com estas características, os professores têm de alterar os seus métodos para poderem corresponder totalmente as exigências que lhes são apresentadas. O professor tem de ser multifacetado e um agente activo de mudança, tendo que adquirir processos novos dentro da sua profissão e assumir dentro da instituição-escola papéis diversificados, contribuindo activamente para se ter “mais” e melhor escola. Também os órgãos governativos deverão assumir totalmente as suas responsabilidades neste processo, transferindo realmente para a escola, a tão propagandeada autonomia. Relativamente a

estas questões o autor enuncia ainda que *«a afirmação da territorialidade pode ajudar os professores a exercerem um maior controlo sobre a sua profissão, em sintonia com uma política de melhoria do funcionamento das escolas»*. (p. 36).

A questão das comunidades educativas, é algo também abordado por Savater (2006). Este autor espanhol, refere a problemática da transmissão de conhecimento dos mais velhos para os mais novos e a sua importância para os novos membros, assimilarem conteúdos e valores característicos da sua comunidade. O escritor citado refere que *«ser humano consiste na vocação de compartilharmos aquilo que conjuntamente sabemos, ensinando os recém-chegados ao grupo aquilo que deverão conhecer para se tornarem socialmente válidos»* (p. 34). Numa sociedade cada vez mais globalizada e mais competitiva, os ensinamentos e as aprendizagens que os jovens adquirem, é que lhes vão possibilitar ultrapassar as dificuldades e obstáculos, que irão surgir naturalmente no seu caminho. A pertinência destas questões é reforçada pelo autor, afirmando que *«os grupos com maior índice de sobrevivência foram sempre os mais capazes de educar e preparar bem os seus membros jovens (...) do mesmo modo, a selecção evolutiva deverá ter recompensado as comunidades em que se entabulavam melhores relações entre os velhos e os jovens, relações mais afectuosas e comunicativas»* (p. 35). As aprendizagens efectuadas dentro da comunidade e a partilha de saberes é fundamental para o autor, talvez ainda mais relevante para a formação da personalidade, do que os ensinamentos formais. Como tal, é referido que *«o facto de aprendermos com os nossos semelhantes é mais importante para o estabelecimento da nossa humanidade que qualquer dos conhecimentos concretos que assim se perpetuam ou transmitem»* (p. 38).

## **5. Identificação do problema / questão de partida**

A existência de instituições que se constituam como transmissoras de aprendizagens não formais e informais no seio de uma comunidade, podem fornecer à escola um contributo positivo para a aquisição das aprendizagens formais/curriculares?

## **6. Levantamento de questões de investigação**

- Existe capacidade educativa nos clubes, associações, grupos, instituições e sociedades, do concelho de Aljustrel?
- Haverá receptividade por parte da escola e dessas agremiações no estabelecimento de parcerias educativas comuns?

## **7. Metodologia**

A metodologia que iremos adoptar neste trabalho de investigação será de características de análise mistas (quantitativa/qualitativa), recorrendo mais propriamente ao estudo de caso. Para concretizar esta metodologia iremos utilizar o inquérito por questionário e a entrevista, como recursos para recolha de dados. O método a empregar num trabalho com estas características, envolve escolhas delicadas, já que para alcançar bons resultados é fundamental definir previamente e correctamente a estratégia da investigação.

### **7.1. Síntese da investigação**

Tal como anteriormente foi referido, o estudo em questão pretende abordar a Carta Educacional do Concelho de Aljustrel, como elemento impulsionador do enriquecimento educativo local.

Numa primeira parte da investigação, ir-se-á fazer uma análise das instituições existentes no concelho, que possam ser classificadas como transmissoras de conhecimentos informais ou não formais. Após este processo estar concluído,

vão-se verificar quais são as organizações relevantes, para o desenvolvimento do estudo em questão.

Relativamente à metodologia de investigação, pretendemos efectuar um estudo descritivo e um estudo caso. No estudo descritivo irá ser feito um levantamento das organizações existentes no concelho de Aljustrel, de forma a identificar aquelas que reúnem condições para serem estudadas neste trabalho. Para tal, irei solicitar a colaboração das juntas de freguesia e da câmara municipal. Relativamente ao estudo de caso, este método vai permitir uma análise mais pormenorizada das organizações, o que irá permitir uma melhor descrição das suas características e potencialidades educativas.

## **7.2. Técnicas e instrumentos de recolha de dados**

### **7.2.1. Questionário**

A aplicação do questionário tem como objectivo recolher informação diversa sobre as organizações, nomeadamente a sua caracterização, principais áreas de actuação, plano anual de actividades, acções desenvolvidas com carácter educativo, exposição do conteúdo de acções formativas efectuadas pelos seus membros e descrição de aprendizagens assimiladas pelos alunos. O recurso a este instrumento, procura ainda aferir se estas organizações reúnem condições para o estabelecimento de parcerias educativas com as escolas.

No processo de elaboração do instrumento irão ser estabelecidas as categorias e subcategorias, que se perspectivem serem as mais adequadas para se atingirem as metas estipuladas. Antes da aplicação do questionário definitivo, o mesmo será antecedido de uma versão provisória a submeter à superior apreciação e aprovação de um painel de especialistas nesta área, efectuando-se de seguida um teste experimental, a uma amostra pré-determinada. O objectivo deste processo consiste em assegurar a validade do instrumento, bem como a fiabilidade na recolha de dados.

### **7.2.2. Entrevista**

Para além da utilização do inquérito por questionário, também a entrevista será utilizada neste trabalho, visto ser o principal meio de recolha de dados em investigações qualitativas. Relativamente ao tipo de entrevista a utilizar, a opção incidiu pela semi-estruturada, já que este método combina perguntas abertas e fechadas. Esta opção permite ao entrevistador intervir, podendo assumir uma postura mais activa, direccionando a entrevista para os objectivos primordiais a atingir. Outra vantagem reside na possibilidade de interacção entre o entrevistador e o entrevistado, o que possibilita o surgimento de respostas mais espontâneas e verosímeis. A entrevista semi-estruturada pode ainda promover uma maior abertura e proximidade entre os intervenientes, o que possibilita a abordagem de assuntos de carácter complexo e delicado. Este método de entrevista, será então aplicado à amostra seleccionada, apoiado num guião ajustado à temática em questão e previamente aprovado por especialistas nesta área. Será solicitado aos entrevistados a sua permissão para efectuar a gravação das entrevistas, visto assim ser possível analisar com um grau de confiança mais elevado, os respectivos conteúdos.

### **7.3. Plano de tratamento de dados**

Nesta fase há que proceder à análise de conteúdo, efectuado o tratamento da informação e sua organização numa base de dados, codificando e criando categorias. A codificação é um *"processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características do conteúdo"*, Bardin (1997). Para efectuar este procedimento, é fundamental a utilização de um programa informático, adequado à análise de dados de cariz predominantemente qualitativo. Finalmente, será efectuada a triangulação, indispensável num método de investigação como é o estudo de caso. Ao ser seguida uma linha de investigação com as características acima descritas, alcançam-se

inferências relevantes e garante-se a fiabilidade do estudo, visto só assim, este poderá ser reconhecido como um documento com valor científico.

## **8. Faseamento do projecto e cronograma**

### **8.1. Fases de estudo**

A fase inicial consistiu na elaboração deste projecto de mestrado.

O procedimento seguinte deverá consistir num levantamento documental de âmbito geográfico, social e demográfico sobre o território a estudar, de forma a posteriormente caracterizar o concelho de Aljustrel, procurando obter informação sobre as instituições que possam reunir condições para serem estudadas.

A seguir a esta segunda fase de trabalho de investigação e de caracterização, é fundamental efectuar uma análise e reflexão, sobre os dados obtidos.

Posteriormente, vão ser contactadas as cinco juntas de freguesia existentes no concelho, com o objectivo de serem prestadas informações detalhadas sobre as organizações existentes na sua área de abrangência, procurando ainda saber aquelas que desenvolvem actividade relevante, para o estudo em causa.

Para efectuar a caracterização das organizações a estudar, vai ser elaborado um questionário com base nas características da investigação a realizar. O procedimento seguinte consistirá em analisar e reflectir, sobre os dados obtidos.

Nesta fase vai ser elaborado o guião da entrevista semi-estruturada, a ser aplicado aos responsáveis das organizações, seleccionadas como relevantes para o estudo e consequentemente alvo de análise.

A etapa seguinte irá consistir na análise de conteúdo, relativa aos dados obtidos com a aplicação das entrevistas.

Após este processo estar concluído vai ser redigido o documento final, relativo à dissertação em causa, bem como a sua entrega, apresentação e defesa. De seguida irá ser feita a divulgação e distribuição às entidades locais e regionais.

## 8.2. Cronograma

Fases da Investigação	Ano												
	2009					2010							
	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.
<b>Redacção do Projecto de Investigação</b>	X												
<b>Pesquisa e Análise de Bibliografia Específica</b>		X	X										
<b>Revisão da Literatura Seleccionada</b>				X	X								
<b>Elaboração e Validação por Especialistas dos Instrumentos de Recolha de Dados</b>						X	X						
<b>Trabalho de Campo</b>								X	X				
<b>Análise, Interpretação e Tratamento dos Dados</b>										X	X		
<b>Elaboração, Entrega, Apresentação e Defesa do Documento Final</b>												X	X

## 9. Bibliografia

BARDIN, L. (1997), *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70.

BRANCO, M. (2007). *A Escola – Comunidades Educativas e a Formação dos Novos Cidadãos*. Lisboa. Instituto Piaget.

Decreto-Lei n.º7/2003, de 15 de Janeiro (Conselhos municipais de educação e carta educativa).

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril (regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário).

DELORS, J. (1996). *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Porto. Edições Asa.

ECO, U. (2008). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Barcarena. Editorial Presença.

FORMOSINHO, J. et. al. (1999). *Comunidades Educativas. Novos Desafios à Educação Básica*. Braga. Livraria Minho.

NÓVOA, A. (Coord.) (1992). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PATRÍCIO, M. (1996), *A Escola Cultural – Horizonte Decisivo da Reforma Educativa*. Lisboa, Texto Editora.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L.V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

SAVATER, F. (2006). *O Valor de Educar*. Lisboa. Dom Quixote.

